

A opção pelo mais seguro

por Sônia Jourdani
de São Paulo

Duas altas fontes de bancos estrangeiros, uma delas ligada à instituição coordenadora do projeto 2 da renegociação externa brasileira (rolagem do principal da dívida que venceu no ano passado e vence neste ano), confirmaram ontem a este jornal estar nos planos de algumas instituições credoras a utilização de valores que teriam a receber do Brasil na compra de participações em bancos de investimento.

"Não há nada que impeça isso", observou uma dessas fontes, lembrando que o Banco Central permite a participação estrangeira nesses bancos até o limite de 1/3 do capital votante e, também, não impõe nenhuma restrição quanto à direção dada aos recursos que ficam internados no País por conta do projeto 2.

O que o BC faz — como no caso do principal da dívida que venceu no ano

passado e foi rolando por mais oito anos — é distribuir entre os credores uma lista de empresas estatais acompanhada dos valores que poderiam ser aplicados em cada uma delas. Cabe ao credor, porém, a escolha final: ele pode conceder o crédito a empresa recomendada pelo BC; emprestar a outro tomador — ou reemprestar ao tomador original —, que tanto pode ser uma empresa privada quanto uma subsidiária de multinacional; ou deixar o dinheiro internado no BC, com garantia cambial.

"No caso de o credor optar pela transformação desse crédito em capital de risco, ninguém perde com isso", observou a fonte ligada à coordenação do projeto 2, e acrescentou: "É uma coisa simples, de fato. Aproveitar esse dinheiro para fazer investimento é uma iniciativa criativa e muito válida. E o Brasil, de qualquer forma, nada teria a ganhar se limitasse as possibilidades de investimento dos bancos com dinheiro que já está no País para forçá-los a trazer dinheiro novo".